



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº

1829/2023

Requeremos seja realizada reunião conjunta das comissões de Orçamento e Finanças Públicas e de Administração Pública, com a finalidade de que seja feita audiência pública para apresentação do relatório financeiro da PBH Ativos S/A por seu Presidente, referente ao exercício de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 10 da Lei nº 10.003/2010.

Propomos que a audiência seja realizada no dia 17/08/2023, às 9h30, no Plenário Helvécio Arantes.

Solicito que seja convidado o Presidente da PBH Ativos S/A para que faça a apresentação abordando os seguintes temas:

- 1) quem são e qual é a qualificação dos membros dos conselhos;
- 2) quais os planos de investimento da PBH Ativos S.A. para os próximos 2 anos;
- 3) relação de imóveis da PBH Ativos, bem como dos alienados por ela, contendo a localização do imóvel, o valor patrimonial, forma de exploração e respectivos rendimentos auferidos por sua exploração no ano de 2022. No caso dos imóveis alienados, o valor da transação;
- 4) a movimentação de debêntures no exercício de 2022, detalhando em: saldo final em 2021, operações de emissão ou resgate em 2022, saldo final em 2022 e rendimentos pagos aos credores;
- 5) as classificações e dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município de 2022 e respectivas execuções orçamentárias, destinadas a aumentos no capital social e investimentos na PBH Ativos S.A.;
- 6) as classificações e dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município de 2022 e respectivas execuções orçamentárias, relativas à remuneração ou a transferências de valores para o Município, originados ou não de dividendos.
- 7) as atividades relativas ao objeto social realizadas em 2022, bem como seus lucros ou prejuízos;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

8) a forma de atuação como garantidora das Parcerias Público Privadas, a eventual execução de garantias e seu custo.

Propomos, ainda, que seja enviado ofício à Presidente desta Casa solicitando a ampla divulgação da audiência pelos vários meios de comunicação disponíveis (portal, Diário Oficial do Município, correio eletrônico, etc.), bem como que seja dado suporte técnico pela Superintendência de Comunicação Institucional para divulgação junto à imprensa externa de forma a se alcançar maior participação social.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2023.



Vereador Cleiton Xavier

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

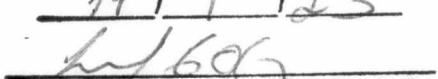


Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

11 1 1 1 2 3


Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1883/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública com a finalidade de construir uma Segunda Área de Escape no Anel Rodoviário Celso Melo Azevedo no dia 23/08/2023, às 13h30min, no Plenário Helvécio Arantes.

A realização dessa audiência se justifica tanto pelo significativo resultado da primeira área de escape construída – evitando diversos de acidentes e salvando vidas – quanto pela necessidade de mitigar ainda mais o risco dos danos causados por veículos que perdem os freios no Anel Rodoviário. Destarte, uma segunda área de escape teria a finalidade de diminuir quase por completo o número de acidentes, muitos deles com vítimas fatais no trecho da descida para o trevo do Betânia.

Sugiro que sejam convidados:

- Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- Júlia Gallo, Presidente da BHTRANS;
- André Dantas, Superintendente de Mobilidade;
- Henrique Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- Marcelo Alcides dos Santos, Responsável pela Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária em Minas Gerais (COINFMG) como representante da ANTT;
- Antônio Gabriel Oliveira dos Santos, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes no Estado de Minas Gerais – DNIT;
- Fábio Henrique Silva Jardim, Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais - IV SPRF/MG;
- Fábio Oliveira de Almeida, Comandante da Polícia Militar Rodoviária.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 17/10/2023
HORA: 15:48

511 4844



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Luciano Moreira Santos, Diretor Superintendente da Concessionária BR-040 S/A – Via040;

Belo Horizonte, 17 de julho de 2023.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2023.07.17 15:46:36 -03'00'

Vereador Irlan Melo
Líder do Patriotas


Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

**Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:**

17 / 07 / 2023

 739
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabinete do Vereador Wilsinho da Tabu

Requerimento de Comissão

Senhor Presidente,

1887/2023

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, ao prefeito Fuad Noman pedido de informação sobre o terreno localizado à Avenida Cristiano Machado, 3450.

Os questionamentos a serem abordados são os seguintes:

1. **O terreno situado na Avenida Cristiano Machado, 3450 é de propriedade pública ou privada?**
2. **Existe alguma destinação oficial prevista para o terreno em questão?**
3. **Quais são as atividades atualmente desenvolvidas no referido terreno?**
4. **Considerando o interesse da comunidade e da população em geral, solicitamos informações acerca da viabilidade de construção do CREAB-L/Ne - Centro de Reabilitação. Este centro é destinado à reabilitação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município e tem como objetivo oferecer atendimento em reabilitação auditiva, física, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências.**
5. **Diante das dificuldades de acesso ao edifício localizado na Rua Bicas, 58 – Sagrada Família, solicitamos informações sobre a existência de planos para a construção de um novo prédio para substituir a atual sede do CREAB-L.**

Tais questionamentos são fundamentados nas necessidades e anseios da população, bem como no resultado de uma visita técnica realizada em 13 de julho, conforme o Requerimento de Comissão 1608/2023.

Certo de vosso acolhimento, reitero os mais elevados votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2023.


Vereador Wilsinho da Tabu
Partido Progressistas

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Wilsinho da Tabu
Presidente da Comissão de Administração Pública



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento

REQUERIMENTO
1893/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito do Município de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, assim como à Sra. Rosilene Cristina Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, o seguinte pedido de informações.

Com base na atuação da prefeitura perante a população em situação de rua e seus respectivos convênios com o terceiro setor, questiona-se:

1. Quantas e quais entidades possuem convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte ou recebem subvenção para atendimento à população em situação de rua? Enviar lista das entidades, objeto da prestação de serviço, local da prestação de serviço e valor que recebe da prefeitura.
2. Quais entidades recebem recursos da Prefeitura para abrigarem pessoas em situação de rua? Enviar lista das entidades, locais dos abrigamentos, capacidade de atendimento, serviços que são prestados e valor recebido pela prefeitura.
3. Quais são os serviços diretamente prestados pela prefeitura de Belo Horizonte para atendimento à população em situação de rua?
4. Caso a prefeitura preste serviços diretamente de abrigo de população em situação de rua, enviar a relação dos locais, da capacidade de atendimento, dos serviços prestados.
5. Dos serviços que são prestados diretamente pela prefeitura, informar quais são em imóveis próprios e em imóveis alugados. Os que forem de imóveis alugados, enviar a relação, contratos de aluguel que conste o valor e o locatário do imóvel alugado.
6. Como é realizada a seleção e escolha das instituições? Quais os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

critérios considerados? Se por licitação, quais foram as últimas modalidades adotadas no(s) processo(s)?

7. Qual o valor para manter a Casa-Abrigo situada no Bairro Floresta, a qual é voltada para o acolhimento da população LGBTQIAPN+ em situação de rua? Quantas pessoas são atendidas neste local? Anexar planilhas.

Anexar todos os Relatórios de Prestação de Contas, cópia dos contratos celebrados, constando, inclusive, os valores contratados de forma discriminada por instituição.

Confiante da atenção e preocupação do Executivo em prestar o melhor serviço possível, conto com o engajamento para atendimento do pedido, atendendo ao presente Requerimento, com a urgência que requer.

Desde já agradeço e permaneço no aguardo.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2023

Vereador **BRAULIO LARA**

Partido NOVO

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>18 / 07 / 2023</u>
<u>[Assinatura]</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER DE 1º TURNO SOBRE PROJETO DE LEI Nº 532/23

1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) Fernando Luiz, o Projeto de Lei em epígrafe que "Institui o Programa Municipal da Pessoa com Câncer e dá outras providências", vem à esta Comissão para análise e parecer em 1º turno.

Seguindo o rito regimental, vem a proposta às comissões de mérito a fim de que seja analisado o PL 532/2023.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 1º turno, aprovou parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda.

A Comissão de Saúde e Saneamento, ao apreciar a matéria em 1º turno, emitiu parecer pela aprovação.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alínea "g" do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei proposto à Câmara Municipal de Belo Horizonte visa instituir o "Programa Municipal da Pessoa com Câncer". Este programa tem como objetivo principal garantir e promover o acesso ao tratamento adequado para pessoas diagnosticadas com câncer, bem como assegurar o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais.

O câncer é uma doença complexa e multifacetada, que pode ter um impacto significativo na vida dos indivíduos afetados e de suas famílias. O diagnóstico precoce e o acesso a tratamentos adequados são fundamentais para melhorar os resultados e a qualidade de vida dos pacientes. Nesse sentido, o programa proposto busca implementar mecanismos que facilitem o diagnóstico precoce da doença.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além disso, o programa reconhece a importância da comunicação e da conscientização sobre a doença. Isso inclui a divulgação de informações sobre a prevenção do câncer, os tratamentos disponíveis e os direitos dos pacientes. A transparência das informações dos órgãos e das entidades envolvidas no tratamento do câncer é vista como um elemento crucial para garantir que os pacientes e suas famílias tenham acesso às informações necessárias sobre a doença e seu tratamento.

2.1- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Diante do despacho presidencial cabe a análise desta comissão sobre os aspectos da estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta.

O programa enfatiza a necessidade de cumprir a legislação vigente para reduzir as dificuldades enfrentadas pelos pacientes com câncer, desde o diagnóstico até a realização do tratamento. Isso inclui a promoção de políticas públicas de prevenção e combate ao câncer, bem como a viabilização da Política Municipal para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A administração pública, neste contexto, desempenha um papel fundamental. Ela é responsável por criar e implementar políticas públicas, garantir o cumprimento da legislação e fornecer serviços de saúde à população. A estrutura organizacional e administrativa do Executivo é complexa e inclui várias entidades da administração indireta.

A administração indireta pode desempenhar um papel importante na garantia de que o programa seja implementado de maneira eficaz e eficiente. Isso pode incluir a supervisão do programa para garantir que ele esteja cumprindo seus objetivos, a avaliação do impacto do programa na saúde dos pacientes com câncer e a sugestão de melhorias ou ajustes no programa com base em suas descobertas.

Embora a administração direta (o Executivo) seja responsável pela criação e orientação geral do "Programa Municipal da Pessoa com Câncer", a administração indireta pode desempenhar um papel crucial na implementação prática do programa e na garantia de que ele atenda efetivamente às necessidades dos pacientes com câncer em Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Estas entidades, que podem incluir agências reguladoras, empresas públicas e fundações, têm a responsabilidade de implementar políticas específicas e fornecer certos serviços. No contexto do câncer, essas entidades podem ser responsáveis por aspectos como a realização de pesquisas sobre a doença, a promoção de campanhas de conscientização, a formação de profissionais de saúde e a prestação de serviços de diagnóstico e tratamento.

No caso específico do "Programa Municipal da Pessoa com Câncer" proposto à Câmara Municipal de Belo Horizonte, a implementação efetiva do programa exigirá uma coordenação eficaz entre várias entidades da administração pública. Isso inclui a Secretaria Municipal de Saúde, que pode ser responsável pela implementação direta de muitos aspectos do programa, bem como outras entidades que podem ser responsáveis por áreas específicas, como a formação de profissionais de saúde ou a realização de pesquisas.

Além disso, a viabilização da Política Municipal para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde é um exemplo de como a administração pública pode trabalhar para melhorar o atendimento aos pacientes com câncer. O SUS, como sistema público de saúde, tem um papel crucial na prestação de serviços de saúde à população, incluindo a prevenção e o tratamento do câncer.

Em suma, a administração pública, através de sua estrutura organizacional e administrativa, desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas de saúde, incluindo aquelas relacionadas ao câncer. O cumprimento efetivo da legislação e a coordenação eficaz entre as várias entidades da administração pública são fundamentais para garantir que os pacientes com câncer recebam o diagnóstico e o tratamento de que necessitam.

Por sua vez, a formação, qualificação e especialização dos profissionais envolvidos no processo de prevenção e tratamento do câncer são vistas como elementos-chave para o sucesso do programa. Além disso, o programa busca combater a desinformação e o preconceito associados ao câncer e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e de seus familiares.

Em suma, o "Programa Municipal da Pessoa com Câncer" proposto pela Câmara Municipal de Belo Horizonte representa um esforço significativo para melhorar o acesso ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tratamento e a qualidade de vida dos pacientes com câncer na cidade. Ao promover a conscientização, a educação e a formação, bem como ao garantir a transparência e o cumprimento da legislação, o programa tem o potencial de fazer uma diferença significativa na vida dos pacientes com câncer e de suas famílias.

Dadas as análises, não vislumbramos óbices que impactem na regular tramitação da proposição nesta Casa quanto ao mérito atinente desta Comissão, por isso passamos à conclusão que se segue.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Nº 532/23.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2023.

ROBERTO ELBO Assinado de forma digital
por ROBERTO ELBO
GONCALVES:87136791634
7136791634 Dados: 2023.07.18 14:17:38
-03'00'

Vereador Roberto da Farmácia

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 603/2023

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de parecer que analisa o Projeto de Lei de nº 603/2023 de autoria do vereador Wagner Ferreira, que **“Institui o Plano Municipal da Primeira Infância de Belo Horizonte (PMPIBH)”**. À folha 3, encontra-se a justificativa.

A proposição teve parecer da Comissão de Legislação e Justiça pugnando pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade; Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto em pauta.

Fui designado relator para a matéria na Comissão de Administração Pública, e, é nessa condição, em respeito aos inciso II, alíneas “c” e “j” que passo a fundamentar parecer e voto, nos termos regimentais.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme relatado, no Projeto de Lei de nº 603/2023 que **“Institui o Plano Municipal da Primeira Infância de Belo Horizonte (PMPIBH)”**, observa-se o desejo do parlamentar em *orientar a implementação de programas, políticas e serviços qualificados para o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.*

Compete à Comissão de Administração Pública opinar sobre matérias que versem sobre inciso II, do art. 52 do Regimento Interno da CMBH, nos termos das alíneas “c) *instrumentos de participação popular na administração pública*”; e “j) *prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico*”. E é, sobre esse aspecto, que emito parecer sobre o projeto.

Em consonância com o proponente,

Com base no Marco Legal da Primeira Infância, a sociedade civil e as instâncias governamentais municipais podem se organizar para elaborar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). O PMPI é um plano intersetorial pelo atendimento aos direitos das crianças na primeira infância no âmbito do município. O objetivo central do PMPI é articular diferentes setores da administração municipal visando estabelecer metas e complementar suas ações para cumprir o dever do Estado na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças.

Analisando sob a luz das alíneas supracitadas, a aprovação do projeto em pauta procura aprimorar ferramentas a favor da Primeira Infância, aspecto em que Belo Horizonte se destaca tanto pela dedicação de seus profissionais da educação pública, quanto pela referência em espaço de criação e aprendizagem que são as EMEIS – Escolas Municipais de Educação Infantil e seu constante investimento na rede parceira.

Não observo mácula à prestação de serviço público, nem ofensa ao regime jurídico na aprovação deste projeto de lei. Ao mesmo tempo, faço coro a favor de mais um instrumento para a ampla participação popular por meio da *“articulação e interlocução com a administração pública direta e indireta, família, comunidade e sociedade civil para efetivação da prioridade absoluta das crianças nas políticas públicas”*.

Com total apoio deste parlamentar, aplaudo a iniciativa esperando que esta proposta prospere para o bem da cidade de Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

Feitas essas considerações, pugno pela **aprovação** do Projeto de Lei 603/2023.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2023.



Vereador Wilsinho da Tabu
Relator